liinc EM REVISTA

ARTIGO/ARTICLE

Entre o ressentimento e o algoritmo: a máquina de ódio contra mulheres na política

Between Resentment and the Algorithm: The Hate Machine Against Women in Politics

Anna Raquel de Lemos Viana
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, PE, Brasil.

Majory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, PE, Brasil.

Correspondência para/Correspondence to
Anna Raquel de Lemos Viana - annaraquellemoss@gmail.com

Periódico / Journal
ISSN 1808-3536
@liinc-emrevista
https://revista.ibict.br/liinc/index

Editores / Editors
Marco Schneider - Gustavo Saldanha
Fábio Gouveia - Priscila Sena

Fluxo editorial / Editorial process
Editores do Artigo / Article Editors
Marco Schneider - Gustavo Saldanha
Fábio Gouveia - Priscila Sena

Cronologia / Timeline
Recebido / Received: 19/05/2025
Aprovado / Approved: 18/08/2025
Publicado / Published: 15/12/2025

Como citar / How to cite: VIANA, Anna Raquel de Lemos Viana e; MIRANDA, Majory Karoline Fernandes de Oliveira. Entre o ressentimento e o algoritmo: a máquina de ódio contra mulheres na política. *In: Liinc em Revista*, v. 21, n. 02, e7612. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7612. Acesso em: 22 jan. 2026.

Atribuição 4.0 Internacional
Attribution 4.0 International

[1] [1] A Liinc em Revista teve o apoio da **FAPERJ** para a publicação deste artigo.

RESUMO: Este artigo investiga a mobilização de afetos negativos nas disputas políticas contemporâneas, com ênfase na desinformação de gênero e seus impactos sobre a participação política de mulheres no Brasil, especialmente durante as eleições de 2022. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e teórico-conceitual, articulando revisão bibliográfica interdisciplinar nos campos da Ciência da Informação, Comunicação, Filosofia Política e Estudos de Gênero, além de análise empírica de tweets com tipos distintos de desinformações direcionadas às deputadas federais eleitas em 2022. Os resultados evidenciam que a desinformação de gênero é um fenômeno estruturado e intencional, articulado a discursos discriminatórios como sexismo, racismo e LGBTQIA+fobia, e que explora afetos negativos para desacreditar mulheres em posições de visibilidade pública, reforçando estereótipos prejudiciais e desigualdades sociais. Observa-se que a lógica algorítmica das plataformas digitais, associada à economia da atenção, amplifica a viralização desses conteúdos, intensificando a violência simbólica e informacional e moldando percepções e comportamentos políticos. Embora a pesquisa não tenha investigado diretamente a produção de contra-narrativas, a literatura sugere que os ambientes digitais podem ser apropriados como espaços de resistência por mulheres vítimas de ataques informacionais. Conclui-se que a desinformação de gênero constitui uma ameaça estrutural à democracia e à cidadania, destacando a necessidade de políticas públicas, ações educativas e abordagens teóricas que integrem a perspectiva de gênero e a dimensão afetiva no campo informacional.

Palavras-chave: desinformação de gênero; afetos negativos; governamentalidade algorítmica; participação política; ciência da informação.

ABSTRACT: This article analyzes the effects of gender disinformation on the political participation of women in Brazil, with a focus on the 2022 elections. The research adopts a qualitative and theoretical-conceptual approach, based on an interdisciplinary literature review across the fields of Information Science, Communication, Political Philosophy, and Gender Studies. The study demonstrates that gender disinformation is a complex, intentional, and structurally articulated phenomenon, connected to discriminatory discourses such as sexism, racism, and LGBTQIA+phobia. Through the circulation of manipulated content and the mobilization of negative affects such as resentment, fear, and anger, disinformation campaigns target women in public and political roles, especially those who challenge traditional gender norms. It is evident that the algorithmic logic of digital platforms, combined with the attention economy, enhances the viralization of such content, thereby deepening informational inequalities. However, the study also identifies digital environments as potential spaces for resistance, particularly through the actions of feminist collectives that construct counter-narratives and preserve the memory of women affected by disinformation. The study concludes that gender disinformation poses a structural threat to democracy and citizenship, requiring public policies, educational actions, and theoretical approaches that integrate the gender perspective into the field of information.

Keywords: gender disinformation; negative affects; algorithmic governmentality; political participation; information science.

INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga de que modo afetos negativos, como ressentimento, medo, raiva e frustração, são mobilizados nas disputas políticas contemporâneas, com ênfase na desinformação de gênero e em seus impactos sobre a participação política das mulheres. Em particular, analisa-se o contexto brasileiro recente, atravessado por crises políticas, polarizações ideológicas e o fortalecimento de discursos de extrema-direita, que exploram ressentimentos sociais e morais para sustentar projetos antidemocráticos e misóginos.

A pesquisa é fundamentada na premissa de que o fenômeno da desinformação, especialmente quando direcionado a marcadores identitários como o gênero, não pode ser compreendido apenas como problema técnico ou comunicacional, mas deve ser abordado à luz de suas dimensões informacionais, afetivas e epistêmicas. É nesse ponto em que se insere o aporte da Ciência da Informação, campo que oferece subsídios teóricos e metodológicos para compreender os processos de produção, circulação, validação e uso da informação em contextos sociotécnicos. Ao abordar a desinformação como uma construção que envolve mediações técnicas, interesses políticos e dinâmicas emocionais, este trabalho contribui para ampliar a compreensão da informação como fenômeno multidimensional e socialmente situado.

Fundamentado em autores como Michel Foucault, Antoinette Rouvroy, Byung-Chul Han, Wendy Brown e Hannah Arendt, o artigo associa os conceitos de governamentalidade algorítmica, subjetivação neoliberal e guerra cultural para evidenciar como a lógica da informação, quando moldada por interesses econômicos e políticos, atua não apenas no plano cognitivo, mas também no sensível, afetando a forma como sujeitos percebem a realidade, constroem vínculos e atuam politicamente.

Ao longo deste artigo, buscamos unir dimensões teóricas e empíricas para compreender a relação entre desinformação de gênero e violência política contra mulheres. Com base no pressuposto de que as plataformas digitais têm desempenhado papel central na intensificação da misoginia política, o artigo busca compreender como a governamentalidade algorítmica amplifica dinâmicas de violência simbólica e desinformação de gênero contra mulheres em posições de poder.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A primeira apresenta a metodologia, seguida pelos fundamentos teóricos da governamentalidade algorítmica. A terceira discute os afetos negativos e as tensões morais no contexto político brasileiro; a quarta analisa a intersecção entre desinformação de gênero e misoginia nas plataformas digitais. Por fim, a conclusão sintetiza as contribuições do estudo e propõe caminhos para futuras pesquisas.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa, de cunho teórico e documental, fundamentada em revisão bibliográfica interdisciplinar, com ênfase em autores dos campos da Ciência da Informação, Comunicação e Estudos de Gênero. Trata-se de uma análise conceitual e crítica que busca compreender as articulações entre informação, afeto e poder na contemporaneidade.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

Foram selecionados textos acadêmicos e documentos que abordam os conceitos de governamentalidade algorítmica, desinformação, afetos na política, ressentimento e neoliberalismo. Além da revisão, utilizaram-se exemplos empíricos extraídos do cenário político brasileiro recente, com foco nas eleições de 2022 e na atuação de agentes e plataformas digitais na propagação de discursos misóginos e desinformativos.

Além da revisão bibliográfica interdisciplinar, esta pesquisa realizou um levantamento qualitativo das principais desinformações direcionadas a mulheres em cargos políticos dentre as 12 deputadas federais mais votadas durante o período eleitoral de 2022, com foco na plataforma *Twitter*/X. A escolha desse ambiente digital se deve à sua relevância estratégica como espaço de circulação de discursos políticos e formadores de opinião pública. Foram observadas postagens compartilhadas envolvendo figuras femininas de diferentes espectros ideológicos, como Gleisi Hoffmann, Erika Hilton, Marina Silva e Carol de Toni, permitindo identificar padrões discursivos, estratégias de deslegitimação e narrativas de caráter misógino. Essa análise complementar buscou contextualizar empiricamente as dinâmicas da desinformação de gênero, articulando-as às dimensões teóricas da governamentalidade algorítmica e dos afetos negativos. A análise seguiu a perspectiva da análise de conteúdo (Bardin, 2011), proporcionando a identificação de associações entre afetos negativos, misoginia e estratégias digitais.

GOVERNAMENTABILIDADE ALGORÍTIMICA

O conceito de governamentalidade algorítmica foi desenvolvido entre os anos de 2011 e 2013, introduzido pelo texto *Technology, Virtuality and Utopia*, da filósofa Antoinette Rouvroy, no qual a autora propõe uma "racionalidade governamental" animada pela "computação autônoma" (Rouvroy, 2011, p. 121). O termo se fundamenta no conceito de governamentalidade de Michel Foucault, acrescido e transformado pelas funções algorítmicas. Em uma conferência realizada em 2013, intitulada *Algorithmic Governmentality and the End(s) of Critique*, cunhou-se a expressão "governamentalidade algorítmica", definida como:

> Por governamentalidade algorítmica, nós designamos, a partir daí, globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis (Rouvroy; Berns, 2015, p. 43).

Assim, o algoritmo pode ser compreendido como um conjunto de instruções voltado à solução de problemas específicos e à execução de tarefas determinadas, constituindo-se a base dos sistemas computacionais. Já a governamentalidade consiste no conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder, tendo como alvo a população, cujo saber é a economia política, e como instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault, 2008).

Foucault (2008) denomina governamentalidade como o conjunto de procedimentos e cálculos que miram a vida da população. Segundo o autor, trata-se da tendência que conduziu o Ocidente, ao longo do tempo, à preeminência de um tipo de poder específico. O Estado de Justiça da Idade Média,

que se transformou nos Séculos XVI e XVII em Estado Administrativo, foi gradualmente "governamentalizado", originando o Estado moderno, que se mantém por meio "de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território" (Foucault, 2008, p. 173).

O exercício do poder consiste em conduzir condutas, ou seja, em um conjunto de ações sobre ações possíveis. O poder só se exerce sobre sujeitos livres, sendo uma estratégia de "trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças e através de toda uma série de análises e disposições específicas" (Foucault, 2008, p. 62), marcada por um cunho liberal e economicista:

> Uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo (Foucault, 2008. p. 64).

Com base na ideia de governar mediante a condução das ações dos outros e das coisas, estabelece-se uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos relacionados. De posse dos dados, fabricam-se políticas de otimização da capacidade de controle, objetivando o aumento da produtividade e do capital.

No cenário digital, a coleta e análise de dados em larga escala, com conteúdos múltiplos e produzidos em alta velocidade, permitem automatizar funções em ambientes interativos e inteligentes. Isso proporciona formas de vida mais confortáveis e experiências de usabilidade aprimoradas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que possibilita rapidez e facilidade no acesso à informação, a confiança, enquanto prática social e elemento da subjetividade, perde progressivamente seu significado, cedendo espaço ao **controle**. Cada clique é registrado; cada passo, rastreado. Assim, instala-se "um protocolamento total da vida que substitui inteiramente a confiança pelo controle. No lugar do Big Brother, entra o Big Data" (Han, 2018, p. 122).

Hannah Arendt (2010) caracteriza o mundo contemporâneo pela perda das experiências afetivas e existenciais, embora sem a anulação completa do indivíduo ou de sua subjetividade. A autora argumenta que, na medida em que os atos e pensamentos se configuram como "cálculos de consequências", a ação passa a ser concebida em termos de produção e fabricação, lançando o humano em um "funcionamento puramente automático, entorpecido e 'tranquilizado' de comportamento" (Arendt, 2010, p. 402).

Em consonância com essa ideia, no cenário algorítmico, os indivíduos estão imersos, muitas vezes sem perceber, e perdem a capacidade de se distinguirem das coisas, sejam elas naturais ou artificiais. "Os corpos humanos começam gradualmente a ser revestidos por uma carapaça de aço" (Arendt, 2010, p. 404).

Ainda que persistam esforços para preservar valores estruturantes como legitimidade, justiça e verdade, há, na contemporaneidade, um ecossistema regido por novas características e estratégias.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

> Não se trata de projetar uma ação política sem os universais da política moderna (representação, soberania, direito, Estado), mas de compreender uma política fundamentalmente exercida por meio de máquinas e dispositivos de controle das subjetivações combinados com lógicas de governo.

Assiste-se, portanto, a uma governança da vida cotidiana exercida por meio de dispositivos técnicos que afetam as dimensões culturais, informacionais, afetivas e existenciais. Guattari (2012, p. 14) denomina esse fenômeno de "coquetel subjetivo contemporâneo", pois:

> Do mesmo modo que as máquinas sociais que podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes.

Há, assim, uma nova forma calculada e sistematizada de influenciar e modular a conduta das pessoas, uma prática de governo baseada na coleta e agregação automatizada de dados em grande escala, voltada à antecipação dos comportamentos possíveis. Trata-se de uma forma de governo que não impõe regras diretamente, mas atua modulando relações, incentivando determinadas interações e inviabilizando outras, de modo a levar os sujeitos a agirem "naturalmente", inclusive em dimensões políticas.

A governamentalidade algorítmica se insere no contexto da governamentalidade neoliberal, cujo foco é o sucesso econômico do Estado em comparação ao de outros países, independentemente das consequências sociais, como miséria ou violência. O sistema atua tanto sobre a vida biológica dos sujeitos quanto sobre a captura da vida pelos dados. O poder opera de maneira repressiva e produtiva, responsabilizando o indivíduo por seu próprio sucesso. Por exemplo, quem dispõe de recursos pode acessar um bom plano de saúde; quem não dispõe, fica sujeito ao sucateamento do sistema público. Essa lógica se orienta por uma ética utilitarista, "o manejo dos homens pelo interesse" (Foucault, 2008, p. 58). Logo, os interesses individuais passam a servir a objetivos coletivos, reforçando a autogestão e a culpabilização individual.

Nesse sentido, o Estado neoliberal promove uma competição generalizada, levando os sujeitos a se perceberem não mais como trabalhadores, mas como empreendedores em disputa constante. Tal deslocamento dissolve a consciência de classe e fomenta a lógica da concorrência. Do ponto de vista da democracia liberal, o governo via algoritmos parece um objetivo inofensivo, pois "se apresenta como fundado em uma realidade anterior a qualquer manifestação de entendimento ou vontade subjetiva, alimentando o sonho de um governo perfeitamente democrático" (Foucault, 2008, p. 48).

A arte liberal, portanto, consiste em garantir que os indivíduos sejam estimulados a perseguir seus interesses e, por meio deles, produzir riquezas e felicidade, minimizando as inevitáveis perdas de liberdade decorrentes da ação pública (Laval, 2020, p. 58).

Brown (2019) corrobora ao argumentar que o neoliberalismo não se restringe às relações econômicas, de saúde, de assistência e de educação. Ele produz uma racionalidade que forma sujeitos dispostos a aceitar a flexibilização e a precarização, em nome do "progresso econômico". Como ressalta Foucault: "Deve-se governar com a economia, deve-se governar ao lado dos economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade

governamental" (Foucault, 2008 p. 389). As relações constituintes dos ambientes de produção capitalista são, portanto, o objeto da governamentalidade algorítmica.

> Os dados transmitidos são relações e apenas subsistem enquanto relações; os conhecimentos gerados são relações de relações; e as ações normativas que daí decorrem são ações sobre as relações (ou ambientes) referidas às relações de relações (Foucault, 2008, p. 49).

A capacidade de criar realidade é equivalente à capacidade de registrar dados. Os mecanismos algorítmicos promovem desejos, necessidades de consumo e posicionamentos políticos, despolitizando a esfera pública por meio da anulação das subjetividades políticas, reduzindo o debate, as escolhas e a diversidade. O encontro com o outro, o diferente, o anômalo, o criador de novas sociabilidades, é evitado por meio das bolhas informacionais.

Tal amplitude vem acompanhada de fechamento e controle, sobretudo porque os algoritmos são produzidos por grandes corporações que detêm o monopólio dos sistemas de comunicação. Na governamentalidade algorítmica, "não se age, não se cria, modela-se" (Parra, 2016).

Percebe-se, portanto, que as funções algorítmicas operam como mecanismos de controle, integrando um sistema que organiza, hierarquiza e direciona fluxos informacionais, sem depender centralmente de discursos e ideologias como estratégias centrais do governo, porque ocorre o definhamento, quando não a eliminação direta, das deliberações públicas e das reflexões plurais e diversificadas. Enquanto os dados entram e saem em abundância, velocidade e variedade, os elementos da operação se inserem em funções sem debates ou discordâncias.

O saber emerge como verdade real, imparcial e indubitável, derivada dos rastros deixados pelos indivíduos. Nesse contexto, a divergência política, o dissenso coletivo e as resistências são frequentemente invisibilizados e se tornam ineficazes, enquanto os discursos são mantidos em bolhas cada vez mais fechadas e direcionadas (Sunstein, 2009).

Por exemplo, nos modelos de negócio do *Google* e do *Facebook*, as informações captadas servem para direcionar publicidade e sugerir produtos e serviços mediante os rastros deixados pelos usuários. Segundo Pariser (2012), tais mecanismos foram construídos para prever o que faremos ou desejaremos a seguir, formando "bolhas de filtros" (*filter bubbles*), "com o objetivo de forjar um universo de informações exclusivo para cada um de nós" (p. 14).

> A fórmula dos gigantes da internet para essa estratégia de negócios é simples: quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos. E a fórmula funciona. A Amazon vende bilhões de dólares em produtos prevendo o que cada cliente procura e colocando esses produtos na página principal de sua loja virtual. Até 60% dos filmes alugados pela Netflix vêm de palpites personalizados feitos pelo site sobre as preferências dos clientes (...). A personalização é uma estratégia fundamental para os cinco maiores sites da internet – Yahoo, Google, Facebook, YouTube e Microsoft Live – e também para muitos outros.

As plataformas coletam dados pessoais durante a navegação, utilizando fórmulas matemáticas para prever ações futuras. Cada comentário, clique, acesso ou visualização de conteúdo é rastreado e

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

indexado por websites, provedores de internet, empresas de telefonia, sistemas operacionais, navegadores e outros intermediários, para fins econômicos, políticos e pessoais. Lyon (2010, p. 1) considera essa prática como vigilância digital, ressaltando que os estudos sobre o tema são importantes "para entender as cada vez mais complexas formas em que dados pessoais são coletados, armazenados, transmitidos, verificados e utilizados como meio de influenciar e gerir pessoas e populações".

Os dados que alimentam os algoritmos das empresas são extraídos a partir da navegação dos usuários em plataformas online ou em aplicativos de smartphones e dispositivos de armazenamento, permitindo construir perfis detalhados de cada indivíduo. Esses perfis incluem informações sobre idade, gênero, hábitos de consumo, orientação política, práticas culturais e esportivas, classe econômica, orientação sexual, participação em grupos sociais e minorias étnicas, entre outros.

Em 2010, Erich Schmidt, então executivo do *Google*, destacou o poder do direcionamento individual ao afirmar que, no futuro, "a tecnologia será tão boa que será muito difícil para as pessoas assistirem ou consumirem algo que não tenha sido de alguma forma feito sob medida para elas". Tal afirmação evidencia a mentalidade de customização individual, característica do ecossistema informacional contemporâneo, que filtra e molda a mediação da informação, criando um ambiente aparentemente confortável, mas que limita a diversidade de referências e compromete a autonomia e a liberdade de escolha dos usuários.

As implicações dessa vigilância recaem sobre as classes sociais. Han (2018) considera que, no Século XXI, os *big data* configuram uma nova sociedade de classes digital, monitorando e oferecendo oportunidades de compras e serviços aos economicamente "interessantes", enquanto excluem indivíduos considerados de baixo valor econômico, negando-lhes empréstimos, oportunidades de emprego e encarecendo seguros em função de seus locais de moradia. O'Neil (2016) reforça esse argumento denunciando o uso de *big data* para perpetuar preconceitos e desigualdades, caracterizando-os como "armas de destruição matemática".

O uso inadequado de *big data* pode ser exemplificado pelo escândalo *Facebook-Cambridge Analytica*, revelado em 2014, quando informações pessoais de 87 milhões de usuários foram coletadas sem autorização, com o objetivo de direcionar notícias falsas para manipular eleitores e interferir nos resultados eleitorais. Os dados permitiram criar perfis psicológicos individuais, sugerindo que tipo de anúncio seria mais eficaz para persuadir determinadas pessoas em determinados contextos. Essa atuação acabou contribuindo para a vitória de Donald Trump nas eleições (Bezerra, 2015).

Situações semelhantes, orientadas por diferentes fins políticos, tornam-se mais fáceis de empreender por diferentes agentes e mediante diferentes canais de circulação da informação, mostrando novas fórmulas de compartilhamento de informação no ecossistema informacional contemporâneo. Tal ecossistema é propício à desinformação de gênero principalmente no Brasil, em que há aspectos emocionais e tensões no período eleitoral.

Por essa perspectiva, compreende-se que os algoritmos não apenas estruturam o fluxo informacional, mas operam segundo lógicas de engajamento que priorizam conteúdos capazes de gerar reações emocionais intensas, como raiva, medo e ressentimento. Essa dinâmica resulta de um modelo econômico orientado pela atenção, em que a visibilidade é convertida em valor e os afetos negativos

se tornam recurso estratégico de retenção de público. Nesse contexto, a misoginia é amplificada porque os discursos de ódio e os ataques às mulheres em posições de poder geram altos índices de interação e compartilhamento, sendo, portanto, favorecidos pelas métricas algorítmicas. Assim, o que parece ser um processo técnico de filtragem e recomendação de conteúdo se revela também como uma tecnologia de poder que reforça hierarquias de gênero e reproduz desigualdades simbólicas no ambiente digital.

AFETOS NEGATIVOS E TENSÕES MORAIS NO PERÍODO ELEITORAL

Grande parte da história política recente do Brasil pode ser analisada pelo prisma da emoção e da paixão política: do descontentamento e da manipulação durante os protestos de 2013 à escalada do ressentimento que culminou no impeachment de 2016; da intensificação desse ressentimento na campanha presidencial de 2018 à tristeza coletiva após a ascensão da extrema direita ao poder. Essa forma de recontar a história, embora útil para compreender dinâmicas afetivas, naturalmente recorre a generalizações. Para uma compreensão mais aprofundada, é necessário incorporar outras dimensões estruturais que contribuem para o surgimento desse grupo emocional, como a ascensão das doutrinas liberais, o fortalecimento do conservadorismo cristão, o ciclo do discurso anticomunista e a atuação das elites na manutenção da distinção social, entre outras variáveis determinantes para explicar o cenário político brasileiro atual.

O contexto histórico tem sido acompanhado por diversas áreas das ciências sociais, que buscam compreender os cenários de crise que ameaçam a democracia, sobretudo diante da ascensão de lideranças políticas e movimentos de extrema-direita em diferentes continentes. No Brasil, esse esforço se concentra nos processos políticos e na organização do poder, em que reivindicações voltadas à garantia de direitos sociais são frequentemente tensionadas por manifestações contra a corrupção, como exemplificado pela queda de popularidade de Dilma Rousseff e pelo impeachment em 2016, pelo crescimento do antipetismo e pela ascensão do populismo de extrema-direita, representado por Jair Bolsonaro e apoiado por empresários, grupos religiosos e militares (Miguel, 2017; Avritzer, 2020). O cenário político se transformou ainda mais com manifestações pró-militarismo, defesa do armamento, ataques a minorias, valorização de princípios moralmente cristãos (como a defesa da família e a oposição ao aborto) e questionamentos sobre a democracia, antes amplamente respeitada (Mounk, 2019).

Essas transformações sociopolíticas se articulam com a intensificação da vigilância digital e da personalização de informações, fenômenos que moldam os afetos e reforçam polarizações. Plataformas como *Google*, *Facebook* e Amazon utilizam algoritmos para rastrear cada ação dos usuários, construindo perfis detalhados que orientam publicidade, consumo e até decisões políticas (Pariser, 2012; Lyon, 2010). Essa lógica de personalização cria bolhas informacionais, limitando a diversidade de referências e influenciando percepções e comportamentos individuais. Nesse contexto, a análise dos afetos se torna central, já que, muitas vezes, as sensibilidades são subestimadas ou excluídas do pensamento político, em nome de uma suposta racionalidade científica (Ansart, 2000).

Nesse contexto de disputas morais e emocionais, a desinformação de gênero se configura como uma manifestação significativa do ressentimento político contemporâneo. Durante o pleito eleitoral de

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

2022, observou-se a proliferação de conteúdos manipulativos e ofensivos dirigidos a figuras femininas de diferentes orientações ideológicas, indicando que o alvo da violência informacional transcende a filiação partidária, incidindo sobre a condição de gênero em posições de poder. Essa dinâmica se correlaciona com os mecanismos de personalização algorítmica da informação, que segmentam usuários em bolhas informacionais, e interage com as sensibilidades políticas e afetivas dos indivíduos, potencializando preconceitos, reproduzindo desigualdades estruturais e consolidando práticas de exclusão social no âmbito do espaço público digital.

As campanhas de desinformação direcionadas a Erika Hilton, Gleisi Hoffmann, Marina Silva e Carol de Toni demonstram como a lógica algorítmica das plataformas digitais favorece a propagação de conteúdos que exploram afetos negativos, como medo, raiva e desprezo, e reforçam estereótipos de gênero.

No caso de Erika Hilton, o ataque se concentrou em sua identidade de gênero, mobilizando discursos transfóbicos que questionavam sua legitimidade política. Já Gleisi Hoffmann foi alvo de narrativas moralistas, que a associavam a ideias de autoritarismo, corrupção e guerra religiosa, conforme figuras 1 e 2:

Figura 1. Desinformação sobre Gleisi acerca do uso de armas.



Fonte: *Twitter*/X (2022).

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

Figura 2. Desinformação sobre Gleisi acerca da guerra contra cristãos.



Fonte: *Twitter*/X (2022).

Já Marina Silva foi enquadrada em um mito de fragilidade feminina, tendo sua trajetória pública reduzida a aspectos de vida pessoal e conjugal.

Figura 3. Desinformação sobre Marina e sua relação matrimonial.



Fonte: *Twitter*/X (2022).

Já Carol de Toni foi alvo de ofensas de conotação sexual e difamatória, utilizadas para descredibilizar sua atuação parlamentar.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

Figura 4. Desinformação sobre Carol Toni e sua relação matrimonial.



Fonte: *Twitter*/X (2022).

Esses episódios revelam como a misoginia política é alimentada e amplificada por meio da economia da atenção, em que o engajamento é medido pela intensidade emocional das reações. As plataformas digitais, ao priorizarem conteúdos polarizadores e moralizantes, operam como mecanismos de reforço de desigualdades simbólicas, tornando o ódio de gênero um produto rentável dentro das dinâmicas comunicacionais contemporâneas. Assim, a desinformação de gênero não apenas deslegitima mulheres em posições de liderança, mas também instrumentaliza o ressentimento coletivo como ferramenta de mobilização política e manutenção de estruturas de poder patriarcais.

Os termos mais frequentemente utilizados nos *tweets* analisados refletem um viés discriminatório, promovendo estereótipos de gênero prejudiciais. Expressões depreciativas e linguagem sexista são recorrentes, evidenciando a intenção de desacreditar ou desvalorizar a participação e o papel das mulheres em diferentes esferas. Aponta-se a combinação de informações que incorporam rumores e estereótipos, entrelaçadas com narrativas falsas, enganosas ou odiosas, frequentemente expressas em linguagem abusiva. Essas informações apelam a juízos de valor, que estão associados às questões de gênero (Curzi, 2021).

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

Figura 5. Termos mais utilizados.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os *tweets* analisados apresentam um cunho pessoal, exibindo um padrão de conteúdo misógino e preconceituoso, evidenciando uma série de termos pejorativos e estereótipos de gênero. Essas expressões de desrespeito e discriminação, como "Louca", "Burra", "Vagabunda", "Amante", "Traidora", "Incompetente" e "Fraca", apontam para uma manifestação de linguagem depreciativa direcionada a mulheres e são, na maioria, focadas em características pessoais com julgamentos morais.

Observa-se, ainda, que esses conteúdos funcionam como elementos de desinformação de gênero, articulando rumores, estereótipos e narrativas enganosas, muitas vezes sensacionalizadas e amplificadas pelas redes sociais. Esse processo está alinhado às três fases do pânico moral descritas por Carla Machado (2004): (1) inventário do problema, quando rumores e percepções são organizados para construir a narrativa de ameaça; (2) interpretação do problema, na qual os riscos percebidos são ampliados e interpretados como consequência da presença feminina ou da "ideologia de gênero"; e (3) mobilização para ação, quando se incentiva a vigilância social e manutenção de normas tradicionais.

Em conjunto, os achados indicam que a desinformação de gênero atua sistemicamente para desvalorizar mulheres, reforçar desigualdades históricas e produzir um ambiente online hostil, consolidando estereótipos que influenciam a percepção pública sobre o papel feminino na política e na sociedade.

Nesse sentido, os afetos funcionam como vetores de amplificação da desinformação: eles facilitam a adesão às narrativas preconceituosas, aumentam o engajamento com conteúdos hostis e contribuem para a manutenção de padrões culturais patriarcais. Como destacam Ansart (2000) e outras pesquisas sobre política afetiva, as emoções são instrumentos fundamentais para a mediação política e para a construção de percepções de legitimidade ou deslegitimação de grupos sociais. No caso da desinformação de gênero, sentimentos de repulsa, medo moral ou indignação são mobilizados para

desqualificar mulheres e minar sua autoridade, funcionando como um mecanismo emocional que reforça a exclusão social e a desigualdade de gênero.

O argumento se justifica pela constatação do aumento de um populismo ressentido de extrema-direita (Fassin, 2019; Miguel, 2018; Brown, 2019), alicerçado no ressentimento do homem branco, conservador, judaico-cristão, de extrema-direita. Trata-se de um populismo elitista e anti-igualitário, nostálgico de uma moralidade perdida, vingativo contra seus inimigos declarados e desinibido em sua vontade de poder. Assim, compreendem-se práticas sociais e culturais subjacentes aos processos políticos aos quais o ressentimento é canalizado, estrategicamente em uma máquina (institucional, discursiva, cibernética) agenciadora de outra constelação de afetos: tristeza, frustração, medo, angústia, raiva (Lazzarato, 2019).

O ressentimento é considerado uma força reativa, voltada para o interior do próprio indivíduo, remetendo às condições históricas e psíquicas nas quais os homens concebem a distinção moral entre o "bem" e o "mal" (Nietzsche, 2009). Trata-se de um exercício imaginário que constrói a imagem de alguém como a causa de uma cadeia de sofrimentos. O sujeito ressentido, portanto, sofre devido ao outro que o fere. Consequentemente, ele estrutura uma lógica imaginária, cujo ponto de partida é um adversário moral: o oponente, responsável por provocar afetos reativos, vendo em si a imagem de bondade e no outro a de maldade.

O ressentimento, então, emerge como resposta, sendo internalizado e transformado em ressentimento passivo, em hostilidade e ódio contra o outro. A reiteração dessa experiência não produz outra coisa senão a sensação de impotência, o rancor, o ódio, a inveja, o desejo de vingança (Large; Saraiva, 2021).

Kehl (2014, p. 13) defende que o ressentimento serve aos conflitos característicos do homem no mundo moderno e que "ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que fracasse".

No que concerne ao espectro político, o ressentimento seria o desejo de reencontro com a autoridade perdida, com o poder denegado, motivado pelo ódio reprimido, pela vontade de vingança. Esse conjunto de rancores não cria apenas hostilidade, mas também uma espécie de solidariedade na dor e no ódio capaz de produzir coesão contra os adversários morais, considerados inimigos comuns e culpados pelo sofrimento provocado. Assim, corrobora-se com diagnósticos que apontam o surgimento de ressentimentos oriundos dos impactos socioeconômicos de experiências políticas com nítido enfoque na redução das desigualdades, alcançando a vinculação a um plano cultural mais abrangente, marcado por mudanças na vida cultural e na moralidade (Brown, 2019; Cohen, 2019).

As disputas políticas que ocorrem nesse contexto cultural e moral podem ser conhecidas como "guerra cultural", representando tensões e conflitos significativos na vida social e no campo da ideologia, apontando para duas direções: a interligação entre questões sociais, morais e políticas díspares e a constituição de posicionamentos políticos diferentes em esferas temáticas distintas. A metáfora de guerra leva ao entendimento de instituição de inimigos morais e ao surgimento de disputas públicas em torno do sentido do bem e do mal, de justiça e injustiça, de vítima e de algozes, de verdade e mentira (Hunter, 2006).

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

No contexto do Brasil, alguns campos e temas com os quais a guerra cultural está envolvida são:

> Educação (o questionamento da autonomia didática, a ofensiva contra o "aparelhamento" das universidades, a acusação de "marxismo cultural", a defesa do *homeschooling*), a história (o revisionismo do golpe militar, a recuperação da retórica anticomunista), sexualidade (o pânico moral em torno da diversidade afetiva e sexual, o mito da "ideologia de gênero"), direitos da mulher (a investida religiosa ao aborto, o questionamento da lei do feminicídio, a perseguição ao feminismo), segurança (o afrouxamento do controle de armas, a legitimação da atuação violenta das polícias, a defesa aberta da tortura),saúde pública (a gestão da pandemia e o questionamento da eficácia de vacinas), meio ambiente (a demarcação de terras indígenas, a proteção socioambiental, a negação das mudanças climáticas), eleições (o questionamento do voto eletrônico, a retórica antipolítica),militância (o ataque ao "politicamente correto" e às lutas antirracista e indígena), imprensa e liberdade de expressão (a ofensiva contra mídias que oferecem algum grau de oposicionismo, a generalização da desconfiança em relação à atuação da imprensa (Large; Saraiva, 2021, p. 13).

Essas questões apontam para um debate público sobre disputas de sentidos, ramificado entre as instituições de produção e circulação de sentidos, como redes sociais digitais, universidades, mídias, igrejas e, até mesmo, o governo.

As proposições sobre os elementos condicionantes dos ressentimentos oscilam de acordo com contextos políticos tidos como referência. No Brasil, a ascensão da extrema-direita é considerada uma reação ao incômodo crescente das elites políticas brasileiras com transformações sociais que ameaçavam seus privilégios históricos (Miguel, 2018).

À medida que as classes menos favorecidas economicamente foram ascendendo socialmente e que as "minorias" (feministas, LGBTQI+, indígenas, quilombolas, movimento negro etc.) tiveram suas reivindicações atendidas por políticas públicas e legislação específica, as batalhas morais se acentuaram. Muitas das mudanças nesses setores indicados aconteceram durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o que explica em parte os recentes ataques ao partido.

Um exemplo de política de mudança foi a implementação do Bolsa Família – 2003/2021. Em seu primeiro mandato, o Governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva alcançou 14,6 milhões de famílias atendidas com um benefício médio mensal de R$ 191,00, tornando o programa internacionalmente reconhecido como referência em política pública de proteção social.

O discurso opositor corrente destaca que o programa apresentava vários defeitos indesejados, como o estímulo a comportamentos oportunistas entre seus beneficiários. Entre esses defeitos, mencionam-se alegações de que mulheres estariam engravidando para receber mais dinheiro do Bolsa Família e que pessoas que não precisam do benefício estariam recebendo, enquanto aqueles que realmente necessitam estariam excluídos. No entanto, essas percepções, que não se alinham com a realidade social dos beneficiários do programa, são, na verdade, preconceituosas, conforme os estudos de Kawachi (2019) no âmbito de seu doutorado.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

Esse exemplo está alinhado ao incômodo oriundo da conjunção entre o ultraliberalismo, o conservadorismo e a retórica anticomunista. Há uma versão do ressentimento daqueles que perdem o privilégio de ostentar diferenças de condição social.

Cohen (2019) soma à discussão a ideia de que a diminuição das diferenças de condição se concentra na divisão da sociedade entre merecedores e não merecedores, entre os que se sacrificam e os que se aproveitam de políticas assistencialistas e, portanto, injustas. Mas o ressentimento afeta não apenas as elites privilegiadas, mas inclui também a classe média, cuja dificuldade de desenvolver consciência de classe é histórica.

Nas campanhas eleitorais de 2022, o lugar da vítima é reivindicado pela retórica ressentida: de um lado, a imprensa hegemônica é apresentada como agente de perseguição política do governo de Bolsonaro, sua família e aliados; do outro, a vítima tem sido o povo, prejudicado pelo governo do PT, o qual alegadamente manteria um projeto de implementação do regime comunista no qual a população seria escravizada cultural, intelectual, política e economicamente.

Esse ressentimento também corrobora a legitimação de comportamentos machistas e a radicalização da misoginia na extrema-direita, entrelaçando-se com a chamada "crise de masculinidade".

Casos recentes demonstram a visibilidade de movimentos com tal semblante de masculinidade, os quais alegam serem prejudicados pelo que consideram tratamento privilegiado para a população feminina no mundo atual, invocando desprezo e uma postura de adversário e distanciamento em relação às mulheres. Como exemplo, há o caso do coach Thiago Schutz, acusado de ameaçar com violência uma humorista. Em seu perfil, constam três postagens destacadas sobre a mulher ser submissa aos homens, inclusive escrevendo um "manual *Red Pill*", com postagens que estimulam o controle masculino em torno de uma desconfiança hostil e obsessiva em relação às mulheres.[1]

Como justificativa para essa posição, no contexto atual, indica-se que a superioridade do homem está em xeque diante de todas as conquistas femininas obtidas pela luta política das últimas décadas.

> Com a perda do papel de provedor, o pensamento misógino encontra eco entro os brasileiros ressentidos economicamente, sobretudo na era das redes sociais digitais. Se antes a misoginia se apresentava de forma dispersa e envergonhada, nos últimos anos, ela está cada vez mais transparente. Com a ajuda de bots e dos algoritmos, ideias extremas viajam longe e se disfarçam em piadas e memes (Machado, 2019, p. 54).

O funcionamento das plataformas digitais, ancorado na lógica algorítmica e na economia da atenção, potencializa a viralização de conteúdos que exploram afetos negativos, como raiva, medo e ressentimento. Estratégias narrativas que reforçam estereótipos de gênero encontram nessas plataformas um ambiente fértil, no qual a polarização e a desinformação são não apenas toleradas,

[1] O termo *red pill* (pílula vermelha, em inglês) faz referência ao filme Matrix (1999). Na ficção científica, o protagonista Neo precisa escolher entre tomar a pílula azul, que permite seguir em um mundo de ilusões, e a vermelha, com a qual poderia lhe seria desvendada a realidade. O movimento promete que o seguidor será "escolhido para supostamente enxergar aquilo que ninguém mais vê; ser despertado de um sono profundo com uma pílula que traz a verdadeira compreensão da realidade; sair da Matrix". É uma metáfora largamente usada pela extrema-direita, não só por grupos de exaltação à masculinidade.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

mas muitas vezes recompensadas por meio de engajamento e visibilidade. Tais dinâmicas aprofundam as desigualdades informacionais e reduzem o acesso a fontes confiáveis, enfraquecendo a esfera pública democrática.

No caso brasileiro, é impossível dissociar a crise política da crise da masculinidade. A atuação de grupos conservadores tem sido central na tentativa de deslegitimar pautas feministas e questões de identidade de gênero, sob o pretexto de defender valores da "família tradicional". Nesse contexto, a desinformação atua como ferramenta de mobilização do ressentimento social, engendrando uma verdadeira máquina de ódio voltada contra as mulheres, especialmente aquelas que simbolizam transformações sociais conquistadas por meio de décadas de luta política.

Embora a pesquisa não tenha investigado diretamente a produção de contra-narrativas, ao verificar as publicações e respostas das deputadas analisadas, sugere-se que os ambientes digitais apresentam potencial para serem apropriados como espaços de resistência e de construção de narrativas alternativas. Nesse sentido, a apropriação desses espaços por diferentes atores sociais poderia contribuir para a reconfiguração do ecossistema informacional, fortalecendo práticas mais democráticas, inclusivas e plurais. Assim, torna-se fundamental que futuras investigações avancem na consolidação teórica do conceito de desinformação de gênero, aprofundem a análise de suas consequências para a cidadania e subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas educativas que promovam equidade de gênero no campo da informação.

CONCLUSÕES

Os resultados da análise permitem afirmar que a desinformação de gênero não se limita à propagação de conteúdos falsos ou manipulados, mas atua como instrumento de controle social e dominação simbólica, operando na esfera afetiva e emocional para reforçar desigualdades e impedir avanços democráticos. Nesse sentido, o uso político dos afetos negativos, como ressentimento, medo e raiva, cumpre um papel central na consolidação de projetos autoritários, especialmente quando articulado à lógica da governamentalidade algorítmica.

Ao filtrar e personalizar o fluxo informacional, os algoritmos das plataformas digitais não apenas moldam a percepção da realidade, mas também isolam os indivíduos em bolhas ideológicas, impedindo o dissenso e a pluralidade. Isso cria um ambiente informacional que favorece a propagação de discursos moralizantes, misóginos e antidemocráticos, enfraquecendo a esfera pública e reduzindo o espaço para o debate crítico e a diversidade de opiniões.

A Ciência da Informação, ao estudar os processos de produção, circulação e uso da informação, oferece instrumentos fundamentais para entender a complexidade da desinformação contemporânea. Sua abordagem crítica permite evidenciar como os regimes de verdade são construídos e legitimados por meio de estruturas informacionais e como esses processos impactam diretamente as subjetividades, as relações de poder e a participação política.

Portanto, é urgente que políticas públicas e estratégias educacionais sejam desenvolvidas mediante uma perspectiva interdisciplinar que combine regulação das plataformas digitais, educação para a

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7612, dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7612

mídia, incentivo à diversidade informacional e ações afirmativas voltadas à equidade de gênero. Combater a desinformação de gênero é, assim, uma tarefa que exige não apenas ações técnicas, mas também transformações sociais que reconheçam a informação como direito e a democracia como prática cotidiana e coletiva.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**: polarização e democracia no Brasil. São Paulo: Todavia, 2020.

BEZERRA, F. A desinformação como estratégia política: o caso Cambridge Analytica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 111-134, 2015.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

COHEN, P. How a rising share of Americans make ends meet. **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com. Acesso em: 10 mar. 2025.

FASSIN, D. **A razão humanitária**: uma história moral do tempo presente. São Paulo: Ubu, 2019.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978–1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 2012.

HAN, B. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

HUNTER, J. D. **Culture wars**: the struggle to define America. New York: Basic Books, 2006.

KAWACHI, M. **Desinformação e preconceito**: os mitos em torno do Bolsa Família. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2014.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2020.

LYON, D. **Vigilância líquida**: uma nova modernidade de olhar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MACHADO, C. **Redes de ódio**: política e violência no Brasil contemporâneo. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista**: crise e resistência no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MIGUEL, L. F. O colapso do consenso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2016.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PARRA, L. Governamentalidade algorítmica e a produção da verdade. **Revista Estudos de Comunicação**, v. 1, n. 1, 2016.

ROUVROY, A.; BERNS, T. Gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation. **Réseaux**, v. 1, n. 177, p. 163-196, 2013.

SUNSTEIN, C. R. **Republic.com 2.0**. Princeton: Princeton University Press, 2009.